

Ministério da Saúde/Governo têm como objetivo destruir os cuidados de saúde primários

6 Dezembro, 2013

O SEP há muito que denuncia o bloqueio na admissão de enfermeiros, em particular, nos Cuidados de Saúde Primários, e as suas consequências como por exemplo, a diminuição da acessibilidade dos utentes, programas de saúde que não se iniciam, cessam ou não se desenvolvem, a não criação de Unidades de Saúde, nomeadamente, de Saúde Comunitária, entre outros.

Este Governo assumiu a importância da chamada reforma dos Cuidados de Saúde Primários, considerou esta área como prioritária e continua a afirmá-lo aos portugueses, propagando a importância de cuidados de saúde de proximidade. Tudo não passa de propaganda! Apesar de esta área ser das mais carenciadas de enfermeiros, o Governo continua a não ter uma política de admissão que permita dar as respostas em função do aumento crescente das necessidades em cuidados de saúde das populações. E, mantendo uma estratégia ridícula de “poupança” foram sendo utilizadas “engenharias” para permitir a abertura de algumas unidades funcionais recorrendo à figura da “mobilidade” e da “cedência de interesse público” permitindo que muitos enfermeiros se mobilizassem dos hospitais para os centros de saúde.

Como a cegueira da poupança é mais importante que as pessoas, o Governo e o Ministério da Saúde também não estão a autorizar a renovação de contratos e/ou a admissão de enfermeiros nos Hospitais EPE (curioso quando têm autonomia de gestão!) determinando que estes se vejam na contingência de ter que chamar os enfermeiros “emprestados” aos Cuidados de Saúde Primários.

O SEP considera que todos estes “bloqueios” que se verificam na Saúde e, em concreto nos Cuidados de Saúde Primários, têm objetivos muito específicos a destruição paulatina do SNS.

Caso o Ministério da Saúde/Governo, tenham a coragem de afirmar o contrário, então a resposta, entre outras, só pode ser através da efetivação dos enfermeiros consagrando a máxima que “para necessidades permanentes vínculos permanentes”, admissão de mais enfermeiros e autorização para hospitais contratarem e prorrogarem contratos

O SEP responsabiliza o Ministério da Saúde/ARS pela iminente rutura dos serviços e pelas consequências, para os utentes, que daí advenham.